



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Nº 23.722/CS

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS Nº 130.738 – PE

RECORRENTE: JERÔNIMO GADELHA DE ALBUQUERQUE NETO

RECORRENTE: JOÃO GADELHA DE ALBUQUERQUE NETO

RECORRENTE: FÁBIO ADRIANO CAVALCANTI GADELHA DE
ALBUQUERQUE

RECORRENTE: CLÁUDIA ADRIANA CAVALCANTI GADELHA DE
ALBUQUERQUE

RECORRENTE: KATIANA KARLA CAVALCANTI GADELHA DE
ALBUQUERQUE

ADVOGADO: THIAGO LITWAK RODRIGUES DE SOUZA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RELATOR: **MINISTRO CELSO DE MELLO**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS.
LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI N. 9.613/1996, ART. 1º, V e
VII). PLEITO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR
INÉPCIA DA DENÚNCIA. REQUISITOS DO ART. 41 DO
CPP DEVIDAMENTE OBSERVADOS. INDÍCIOS
SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE
DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO
CONFIGURADO. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO
RECURSO.**

1. Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto, João Gadelha de Albuquerque Neto, Fábio Adriano Cavalcanti Gadelha de Albuquerque, Cláudia Adriana Cavalcanti Gadelha de Albuquerque e Katiana Karla Cavalcanti Gadelha de Albuquerque**, contra acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça no HC nº 190.618/PE, assim ementado:

“**HABEAS CORPUS. LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI N. 9.613/1996, ART. 1º, V e VII). INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP ATENDIDOS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**”

1. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte Superior, o trancamento prematuro da persecução penal pela via estreita do *habeas corpus* é medida excepcional, admissível somente quando emerge dos autos, de plano e sem a necessidade de apreciação probatória, a falta de justa causa, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a inépcia formal da denúncia. 2. Na espécie, o crime de lavagem de ativos foi suficientemente narrado na denúncia, com indicação da prática anterior de crimes contra a administração pública – objeto de outra ação penal – e a grande movimentação financeira e a variação patrimonial dos denunciados no período da prática das supostas condutas delituosas. 3. A inicial acusatória, assim, permite aos réus se defenderem plenamente dos fatos ali narrados, uma vez que preencheu os requisitos do art. 41 do CPP, pois discriminou as condutas em tese praticadas, com todas as circunstâncias até então conhecidas, de forma a permitir o contraditório e a ampla defesa. 4. *Habeas corpus* não conhecido”.

2. A defesa reitera as mesmas teses submetidas à instância anterior, pleiteando o trancamento da ação penal, sob alegação de inépcia da denúncia – por ausência de descrição pormenorizada e individualizada das ações delituosas – e de atipicidade das condutas imputadas.

3. Sustenta que *“o simples fato dos pacientes serem membros de uma mesma família, à qual é atribuída a prática de crimes, não autoriza a inclusão daqueles como réus em Ação Penal que se apura a prática de Lavagem de Dinheiro, se não demonstrada a correlação entre a conduta de cada um e eventual ato delituoso”*.

4. Acrescenta que *“a inicial acusatória não faz detalhado histórico dos crimes antecedentes à alegada Lavagem de Dinheiro, não caracteriza e nem sequer menciona elementos tipificadores da existência da suposta ‘organização criminosa’, não apontando, com exatidão, a origem tida por ilícita de valores que sequer sabe-se o quantum”* (fls. 920, e-STJ). Afirma ainda que *“vários dos bens imóveis imputados aos pacientes como sendo oriundo de lavagem de dinheiro, foram adquiridos antes mesmo da participação na Administração Municipal, tornando, assim, impossível e atípica a conduta imputada”*(fls. 926, e-STJ).

5. O pleito não merece acolhimento.

6. Primeiramente, importa registrar que o entendimento adotado pelo acórdão impugnado está em consonância com a jurisprudência firmada pela Primeira Turma desse Pretório Excelso, ao “*não mais admitir habeas corpus que tenham por objetivo substituir o Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC)*,”¹ o que justifica, por si só, a manutenção do julgado. De toda forma, quanto ao mérito, as razões recursais não encontram respaldo fático e legal.

7. Os recorrentes foram denunciados perante o Juízo da 2ª Vara da Comarca de Abreu e Lima/PE – Ação Penal nº 0001488-26.2006.8.17.0100 – pela prática de crime previsto no art. 1º, V e VII, c/c o § 4º, da Lei nº 9.613/98². Eis a descrição dos fatos a eles relacionados:

“Preliminarmente, requer o Ministério Público a distribuição da presente denúncia por dependência aos feitos administrativos nº 247.2006.000822-1 e 247.2006.001263-6, que tramitaram por essa vara judicial, vez que os mesmos constituíram-se em medidas cautelares preparatórias para a propositura desta.

Ultrapassada esta questão, tem-se que durante os anos de 1997 a 2004, período coincidente com os dois últimos mandatos de Prefeito Municipal do Sr. JERÔNIMO GADELHA DE ALBUQUERQUE NETO, os ora denunciados ocultaram e dissimularam a natureza, a origem, a movimentação e a propriedade de bens e valores provenientes de crimes praticados contra a administração pública por organização criminosa.

Tramitaram na 2ª e 3ª Promotorias de Justiça locais o procedimento de investigação criminal nº 001/2006 e o procedimento de investigação preliminar nº 002/2003, instaurados, respectivamente, através das portarias nº 002/2006 e 002/2003, com o fito de apurar denúncias de irregularidades cometidas por diversas pessoas, agentes públicos e também particulares, na Prefeitura

1 Trecho extraído de notícia divulgada pelo Supremo Tribunal Federal no dia 8/8/2012, referente ao julgamento do HC nº 109.956.

2 “Art. 1º. Ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime: (...) V - contra a Administração Pública, inclusive a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, de qualquer vantagem, como condição ou preço para a prática ou omissão de atos administrativos; (...) VII - praticado por organização criminosa; (...)”

Municipal de Abreu e Lima/PE, durante a administração do denunciado JERÔNIMO GADELHA DE ALBUQUERQUE NETO.

No decorrer das investigações chegou-se a descoberta de uma poderosa e organizada quadrilha, formada para cometer os mais diversos crimes, notadamente, contra a administração pública, desviando milhões de reais dos cofres públicos, especialmente através de processos licitatórios fraudulentos.

Ressalte-se que a situação veio a tona após denúncia de membros do Poder Legislativo local ao Ministério Público, confirmando-se por ocasião da denominada 'Operação Eleições 2004', realizada pelo Tribunal de Contas deste Estado, estando todo o funcionamento do esquema criminoso detalhado na denúncia ajuizada também nesta data, a qual, para os efeitos do § 1º, do art. 2º, da lei nº 9613/98, faz parte integrante da presente peça acusatória, assim como as demais denúncias contidas no PIC nº 001/2006.

O sigilo fiscal dos denunciados, levantado judicialmente e constante do anexo 2 do PIC nº 001/2006, aponta movimentação financeira incompatível com os valores e rendimentos declarados a Receita Federal, ao passo que os registros em cartórios de imóveis e na gerência regional do patrimônio da União indicam a aquisição de vasto patrimônio imobiliário.

Percebe-se, assim, que com o intuito de ocultar e dissimular a origem e propriedade dos valores ilicitamente subtraídos dos cofres públicos, os denunciados JERÔNIMO GADELHA DE ALBUQUERQUE NETO e JOÃO GADELHA DE ALBUQUERQUE NETO, com habitualidade, aplicaram grande parte de tais recursos na aquisição de imóveis luxuosos em vários municípios deste e de outros estados, adquiridos em nome próprio e dos filhos do primeiro, ora também denunciados, FÁBIO ADRIANO CAVALCANTI GADELHA DE ALBUQUERQUE, CLAUDIA ADRIANA CAVALCANTI GADELHA DE ALBUQUERQUE e KATIANA KARLA CAVALCANTI GADELHA DE ALBUQUERQUE, beneficiários e partícipes diretos dos frutos dos recursos públicos desviados.

Da análise do quadro demonstrativo a seguir verifica-se que alguns imóveis foram adquiridos na mesma data e no mesmo prédio, fato que, por si só, já demonstra a intenção de rapidamente aplicar e ocultar o dinheiro desviado.

	DATA	NOME	IMÓVEL	VALOR DECLARADO R\$	Fls. (PIC nº 001/06)
1	29/04/98	Claudia Adriana Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf. Caesar Tower Double Flat	40.000,00	282 e 358
2	30/07/98	Fábio Adriano Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf. Amalita, Av. Bernardo Vieira de Melo, nº 600, Aptº 1101 Piedade – Jaboatão dos	300.000,00	280 e 393

			Guararapes/PE		
3	26/08/98	Fábio Adriano Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf. Pasargada Av. Bernardo Vieira de Melo, nº 4989, Aptº 1302 Candeias – Jaboatão dos Guararapes/PE	170.000,00	272
4	20/09/98	Fábio Adriano Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf. Golden Beach, Av. Bernardo Vieira de Melo, nº 1204, Aptº 1605 Piedade – Jaboatão dos Guararapes/PE	85.000,00	279 e 395
5	29/09/98	Fábio Adriano Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf. Caesar Towers Double Reverse Flat, Av. Beira Mar, nº 550, Aptº 1209 Piedade – Jaboatão dos Guararapes/PE	36.000,00	281 e 390
6	30/10/98	Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto	Edf. Portal de Piedade, Av. Bernardo Vieira de Melo, nº 3338, Aptº 301 Piedade - Jaboatão dos Guararapes/PE	100.000,00	278
7	03/09/99	Claudia Adriana Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf. Piazza Navona, Av. Beira Mar, nº 4980, Aptº 302 B Candeias – Jaboatão dos Guararapes/PE	60.000,00	275 e 360
8	03/09/99	Fábio Adriano Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf. Piazza Navona, Av. Beira Mar, nº 4980, Aptº 1101 B Candeias – Jaboatão dos Guararapes/PE	60.000,00	274 e 398

9	03/09/99	Fábio Adriano Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf. Piazza Navona, Av. Beira Mar, nº 4980, Aptº 1602 B Candeias – Jaboatão dos Guararapes/PE	60.000,00	273 e 404
10	02/02/00	Claudia Adriana Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf.Flat Quatro Rodas Olinda, Av.Carlos de Lima Cavalcante, s/nº, Aptº 818 Casa Caiada – Olinda/PE	Não informado	256 e 367
11	02/02/00	Claudia Adriana Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf.Flat Quatro Rodas Olinda, Av.Carlos de Lima Cavalcante, s/nº, Aptº 819 Casa Caiada – Olinda/PE	Não informado	256 e 365
12	02.02.00	Claudia Adriana Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf.Flat Quatro Rodas Olinda, Av.Carlos de Lima Cavalcante, s/nº, Aptº 820 Casa Caiada – Olinda/PE	Não informado	256 e 369
13	02.02.00	Claudia Adriana Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf.Flat Quatro Rodas Olinda, Av.Carlos de Lima Cavalcante, s/nº, Aptº 821 Casa Caiada – Olinda/PE	Não informado	256 e 371
14	02/02/00	Katiana Karla Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf.Flat Quatro Rodas Olinda, Av.Carlos de Lima	Não informado	382

			Cavalcante, s/nº, Aptº 718 Casa Caiada – Olinda/PE		
15	02.02.00	Katiana Karla Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf.Flat Quatro Rodas Olinda, Av.Carlos de Lima Cavalcante, s/nº, Aptº 720 Casa Caiada – Olinda/PE	Não informado	385
16	05/05/00	Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto	Edf. Piazza Navona, Av. Beira Mar, nº 4980, Aptº 1302 B Candeias - Jaboatão dos Guararapes/PE	128.999,99	277 e 339
17	05/05/00	Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto	Edf. Piazza Navona, Av. Beira Mar, nº 4980, Aptº 1501 B Candeias - Jaboatão dos Guararapes/PE	128.999,99	276 e 342
18	28/07/00	Claudia Adriana Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf. Apolônio Lima Rua Mirabeau da Cunha Melo, nº 1925, Aptº 201 Candelária – Natal/RN	80.000,00	266v
19	05/04/01	Fábio Adriano Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf. Gavoa Resort Flat, Sítio Boa Vista, s/nº, Aptº 405 BI A Nova Cruz – Igarassu/PE	Não informado	388
20	27/09/02	João Gadelha de Albuquerque Neto	Edf. Príncipe de Gales, Av. 17 de	140.000,00	232v

			agosto, nº 175, Aptº 901 Casa Forte – Recife/PE		
21	26/02/03	João Gadelha de Albuquerque Neto	Edf. Solar dos Lordes, Rua Frei Jaboatão, nº 161, Aptº 203 Torre – Recife/PR	54.500,00	286
22	27/02/03	Claudia Adriana Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf. Camargo Guarnieri, Rua Rita de Alencar C. Luna, nº 72, Aptº 402 Jardim Luna –João Pessoa/PB	82.836,60	252
23	24/04/03	João Gadelha de Albuquerque Neto	Av. 17 de agosto, nº 2001 Casa Forte – Recife/PE	88.000,00	255
24	29/04/03	Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto	Edf. Portal dos Arrecifes, Rua Hamilton de Barros Soutinho, nº 161, Aptº 101 Jatiúca – Maceió/AL	80.000,00	255
25	09/09/03	Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto	Edf. Gavia Resort Flat, Sítio Boa Vista, s/nº, Aptº 206 Bl. A Nova Cruz – Igarassu/PE	40.000,00	248 e 335
26	09.09.03	Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto	Edf. Gavia Resort Flat, Sítio Boa Vista, s/nº,	40.000,00	245 e 337

			Aptº 208 Bl. A Nova Cruz – Igarassu/PE		
27	26.11.04	Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto	Av. Ministro Marcos Freire, s/nº lote 3-A, Quadra única Casa Caiada - Olinda/PE	Não informado	256
28	Não informado	Claudia Adriana Cavalcanti Gadelha de Albuquerque	Edf. Cidade de Olinda Av. José Augusto Moreira, nº 2258, Aptº 902 Casa Caiada – Olinda/PE	Não informado	256

Ressalte-se que estão listados apenas os imóveis com registro nos cartórios de imóveis respectivos, bem como os que possuem cadastro na gerência regional do patrimônio da União, havendo notícias de inúmeros outros não registrados e/ou em nome de terceiras pessoas ainda não identificadas.

Ademais, a aquisição de tais imóveis e a movimentação financeira efetuada sempre foram informações sonegadas dos órgãos públicos, tanto que a Receita Federal indica evolução patrimonial não significativa no período de 2001 a 2005, embora o recolhimento de CPMF seja bastante alto, demonstrando incompatibilidade com os dados fornecidos e real movimentação financeira superior a percebida pelos ora denunciados.

Por derradeiro, importante sublinhar que todos os denunciados respondem por delito contra administração pública e/ou por formação de quadrilha em outros processos criminais nesta comarca e no eg. TJPE, sob os nºs 247.2005.001588-8, 247.2005.001512-8, 247.2005.001709-0, 247.2005.001638-8, 247.2005.001510-1, 247.2005.001639-6 e 67.170-3.

A materialidade e a autoria delituosa resultam cristalinas, pelos elementos contidos nos autos, tudo autorizando este órgão ministerial a oferecer a a presente peça acusatória.

Ante o exposto, estando os denunciados JERÔNIMO GADELHA DE ALBUQUERQUE NETO, JOÃO GADELHA DE ALBUQUERQUE NETO, CLAUDIA ADRIANA CAVALCANTI GADELHA DE ALBUQUERQUE, FABIO ADRIANO CAVALCANTI GADELHA DE ALBUQUERQUE e KATIANA KARLA CAVALCANTI GADELHA DE ALBUQUERQUE incursos nas penas do artigo 1º, incisos V e VII, c/c § 4º, da Lei nº 9613/98 (Lei de Combate a Lavagem de Dinheiro), requer o Ministério Público”.

8. É cediço que o trancamento de ação penal via *habeas corpus* é

medida excepcional que somente se admite quando desponta, à toda evidência e sem qualquer vestígio de dúvida, a ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas, a atipicidade de conduta, ou a presença de causa de extinção da punibilidade, circunstâncias que efetivamente não ocorrem na espécie.

9. Com efeito, a denúncia contra os recorrentes atendeu aos requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo com seus elementos essenciais fatos que configuram, ao menos em tese, ilícitos penais, apontando as circunstâncias de tempo, lugar e modo de execução que permitem o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa. Além disso, a defesa não trouxe nenhum elemento novo que exclua, com a clareza que a situação requer, a tipicidade, a ilicitude ou a culpabilidade do fato.

10. Conforme já esclarecido e suficientemente fundamentado nas instâncias anteriores, não se vislumbra qualquer irregularidade na denúncia, pois se trata de crime de autoria coletiva³ e, na medida do possível, houve a descrição do agir de cada um dos denunciados no consórcio delituoso, com indicação da prática anterior de crimes contra a administração pública – objeto de outra ação penal.

11. Como bem destacou o Ministro Rogerio Schietti Cruz, *“a inicial do Ministério Público, respaldada em medidas cautelares preparatórias a ação penal, faz menção à investigação que apurou vultoso desvio de dinheiro público proveniente de crimes praticados por quadrilha que operava na Prefeitura do Município de Abreu Lima/PE, durante a gestão de JERÔNIMO GADELHA DE ALBUQUERQUE NETO, um dos denunciados. Os valores*

3 Tem-se afirmado que nos crimes de autoria coletiva não é exigida a descrição pormenorizada das condutas, detalhamento que será feito no curso da instrução criminal. Confira-se, nesse sentido: HC nº 80.812 (Rel p/acórdão Ministro Gilmar Mendes), HC nº 102.650 (Rel. Min. Ayres Britto), HC nº 98.157 (Rel. Min. Ellen Gracie), HC nº 85.636 (Rel. Min. Carlos Velloso), entre muitos outros.

ilicitamente obtidos teriam sido ocultados e dissimulados pela organização criminosa, haja vista a evolução patrimonial dos pacientes” (fls. 891, e-STJ). De se ver, pois, que a conduta dos recorrentes amoldam-se aos tipo previsto no artigo 1º, incisos V e VII, c/c § 4º, da Lei nº 9613/98.

12. E, ao contrário do alegado pela defesa, a participação dos recorrentes, a indicação dos crimes antecedentes e a demonstração da origem ilícita dos valores foram devidamente descritas na denúncia, como bem pontuou o Ministro Ericson Marinho em seu voto:

“Consta da denúncia que membros do Poder Legislativo do Município de Abreu e Lima/PE apresentaram ao Ministério Público indícios de irregularidades cometidas por agentes públicos e particulares durante os mandatos do Prefeito Jerônimo Gadelha de Albuquerque Neto (ora paciente). Instaurados o Procedimento de Investigação Preliminar n. 002/2003 e o Procedimento de Investigação Criminal n. 001/2006 (partes integrantes da denúncia), descobriu-se o desvio de milhões de reais dos cofres públicos (fl. 45). Esse esquema criminoso, confirmado pelo Tribunal de Contas do Estado, foi detalhado na denúncia ajuizada na mesma data, a qual também foi considerada parte integrante da peça acusatória em análise (fl. 45). Para ocultar e dissimular a origem e a propriedade do dinheiro desviado, foram adquiridos inúmeros imóveis luxuosos em outros municípios, muitos registrados em nome de terceiros, incluindo o irmão e filhos (ora pacientes) do Prefeito Jerônimo Gadelha, conforme certidões dos Cartórios de Registro de Imóveis e da Gerência Regional do Patrimônio da União. A quebra de sigilo fiscal dos denunciados (anexa à denúncia) apontou a existência de movimentação financeira incompatível com os rendimentos declarados à Receita Federal. Por último, todos os pacientes respondem por delitos contra a Administração Pública e/ou formação de quadrilha” (fls. 899, e-STJ).

13. O que emerge dos autos não é a falta de justa causa para a ação penal, mas sim, um feixe de elementos conducentes à ocorrência dos crimes relatados na denúncia, em princípio perpetrado pelos recorrentes, sendo imprescindível ao deslinde da controvérsia a remessa do feito à amplitude própria da instrução criminal, onde será viável um maior esclarecimento dos graves fatos mediante cotejo de provas.

14. Dentro desse contexto, fica evidente que os recorrentes pretendem,

na verdade, discutir a suficiência ou não dos elementos de prova para fins de condenação, medida incompatível com a via estreita do *writ*. Nesse sentido:

“PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ARTS. 33 E 35 DA LEI Nº 11.343/06). DENÚNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA ANTE A IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVER MATÉRIA FÁTICA E PROBATÓRIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO POR ATO DO RELATOR. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL, ALEGANDO AUSÊNCIA DE ÍNDICIOS DE AUTORIA E NULIDADE DA PROVA PRODUZIDA MEDIANTE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. **O trancamento de ação penal, em *habeas corpus*, constitui medida excepcional que só deve ser adotada quando se apresenta indiscutível a ausência de justa causa e em face de inequívoca ilegalidade da prova pré-constituída.** 2. In casu: A) As questões suscitadas na inicial da impetração são controvertidas e somente a partir do exame aprofundado da prova seria possível concluir-se no sentido de ser inepta a denúncia. Ademais, na peça acusatória estão descritas e individualizadas as condutas imputadas ao paciente, não sendo verificados óbices ao exercício da ampla defesa; B) (...) 3. Agravo regimental desprovido” - grifo nosso (HC 107948 AgR, Relator(a): Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 17/04/2012, DJe-093 DIVULG 11/05/2012 PUBLIC 14/05/2012).

15. Ante o exposto, opina o Ministério Público Federal pelo desprovimento do recurso.

Brasília, 15 de outubro de 2015

CLÁUDIA SAMPAIO MARQUES
Subprocuradora-Geral da República